

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

----- Aos 28 dias do mês de Setembro do ano de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

-----**PONTO DOIS** - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR--  
----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDA  
----- DE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----

-----**PONTO TRÊS** – VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA--  
----- O TRÁFICO DE SERES HUMANOS;-----

-----**PONTO QUATRO** – APROVAÇÃO DA CARTA EUROPEIA PARA A IGUAL-  
----- DADE DAS MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL;

-----**PONTO CINCO** – SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DO 4º FÓRUM MUN-  
----- DIAL DA ÁGUA;-----

-----**PONTO SEIS** - APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A REVI-----  
----- SÃO Nº 1 AO ORÇAMENTO;-----

-----**PONTO SETE** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O LANÇA-  
----- MENTO DA DERRAMA PARA O ANO DE 2007;-----

-----**PONTO OITO** – APRECIACÃO E APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXE  
----- CUTIVO, DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA  
----- O ANO DE 2007; -----

----- Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa (PMAM) declarou aberta a Sessão às dez horas. -----

-----**PRESENÇAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, José Manuel Cardoso Bucu, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia (PJF) de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

-----SUBSTITUIÇÕES: - Não se verificaram. -----

-----**AUSÊNCIAS** - Membros: Não se verificaram-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS** – Não se verificaram-----

-----**Presenças dos Senhores Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro e Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge.-----

-----O PAMA usou da palavra para dizer: "Verificada a existência de quórum, vamos iniciar a nossa Sessão Ordinária e, obviamente, começo por cumprimentar os Membros da MAM, os restantes Membros da AM, o Vereador Pedro Machado, os demais Vereadores Municipais, os Presidentes de Junta, a colaboradora Neiva Esteves e público em geral, desejando a todos uma boa Sessão. Uma palavra de cortesia e simpatia para com a senhora Milena Faria que vem substituir a senhora Adélia Caiado que apresentou renuncia ao cargo de Membro desta AM.-----

-----Antes de iniciar a Sessão permitam-me duas notas.-----

-----A primeira diz respeito à constituição instalação da Comissão Permanente (CP) da AM que já teve 2 reuniões, onde estive presente com o Presidente da Câmara Municipal (PCM), e que decidiu formalizar uma Comissão de Acompanhamento no âmbito da Saúde, Comissão essa que vai ser hoje instalada. -----

-----A segunda é para deixar uma palavra de cortesia e simpatia para com o Vereador Pedro Machado, empossado como Presidente da Região de Turismo do Centro (RTC), no passado dia 1 de Setembro. Quero dizer-lhe que, como PAM fiquei muito satisfeito e orgulhoso pela sua nomeação, à semelhança do que aconteceu quando o meu bom amigo foi convidado para a composição do Governo, até porque me parece que é uma escolha perfeita. Ao longo destes 5 anos, em que me deu o privilégio de conviver consigo e até de ter tido uma aprendizagem política, manifestou um elevado conhecimento e ser um homem de respeito que, efectivamente, merece o convite feito. Quero felicitá-lo, e desejar o melhor desempenho nas suas novas funções. Estou certo que o meu amigo vai cumprir em pleno. Felicidades". -----

-----**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;**-----

-----O PMAM deu início à Sessão cumprindo o "Período de Antes da Ordem do Dia" e, colocando à discussão a acta número 4, de 28 de Junho do corrente ano.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

----- Votos contra - 0; -----

----- Abstenções - 01; -----

----- Votos a favor – 34. -----

----- A acta da Sessão Ordinária número quatro, de 28, de Junho foi aprovada por maioria. -----

----- Foi dada a palavra ao SMAM, Vítor Travassos, para que desse conhecimento da correspondência então recebida, tendo referido, para além da informação já enviada sobre a correspondência recebida, a entrada de uma carta do Vereador Pedro Machado, comunicando a sua entrada em funções como Presidente da RTC; um convite da JF de Liceia; algumas cartas da ANMP versando diversos temas como: Conferência sobre o Ordenamento do Território; Conferência Europeia para 8 caminhos para mudar o mundo; Convocatória para o Congresso Extraordinário, para o dia 4 de Outubro e, ainda uma carta sobre a Proposta da Lei das Finanças Locais. Registou, ainda, a entrada de alguns ofícios da CMMV, enviando actas de reuniões de 4 de Setembro, 31 de Julho e 21 de Agosto e, uma comunicação da CMMV sobre o envio do relatório preliminar da Carta Educativa e por último um pedido de marcação de uma reunião extraordinária para o dia 20 de Outubro, às 15 horas para a eleição da Assembleia Metropolitana. -----

----- Posteriormente, foram dados cinco minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes. -----

----- De seguida, foram aceites: -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo do PS, Marco Góis "**Moção de Congratulações**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo do PS, Marco Góis ("**Moção de congratulações**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **02**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo do PPD/PSD.CDS-PP – Coligação MNRC, Vítor Travassos ("**Diversos**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **03**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo do PPD/PSD.CDS-PP – Coligação MNRC, Vítor Travassos ("**Xadrez**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **04**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo do PPD/PSD.CDS-PP – Coligação MNRC ("**Pesca Desportiva**"), Vítor Travassos, conforme documento anexo à presente acta sob o número **05**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Requerimento** subscrito pelo Membro do Grupo do PPD/PSD.CDS-PP – Coligação MNRC, Filipe Carraco ("**Esclarecimentos à ARS do Centro**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **06**. -----

----- Este Requerimento será enviado às Entidades mencionadas. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

----- O Membro Fernando Ramos, PS, pediu a palavra, dizendo: “A minha saudação a todos, Senhor PMAM, Senhor PCM, Senhores Membros da AM, Senhores Vereadores, Senhores PJ e pessoas que de forma geral estão nesta Assembleia. -----

----- A minha primeira nota neste PAOD vai efectivamente para o Vereador Pedro Machado. É em nome pessoal e também em nome do Grupo do PS que, obviamente, lhe desejamos os maiores êxitos nas suas novas funções. Ontem ficou demonstrado, à saciedade, que o Turismo é de facto uma questão da economia nacional relevante e, assim, é de facto uma responsabilidade acrescida do Dr. Pedro Machado, curiosamente numa zona que tem, como sabemos, potencialidades turísticas que alia diversas vertentes, mas necessariamente tem de combater os grandes pólos turísticos que Portugal. Sabemos que, de facto tentam que a RTC seja apenas um ponto de passagem e, para inverter a situação, o Dr. Pedro Machado pode necessariamente contar com o apoio do Grupo do PS e, por isso, efectivamente, as primeiras palavras são de felicitações e sobretudo de sorte, que também é precisa nestas funções.-----

----- A segunda questão prende-se com um anúncio que ora foi feito e que se prende com a realização de uma sessão extraordinária da AM para a eleição da Assembleia da Grande Área Metropolitana de Coimbra. Não me queria alongar muito, até porque não era minha intenção falar sobre tal, mas, efectivamente, pretendia obter do PCM algumas informações tendo em conta que vamos lendo, vamos percebendo que há uma nova área de influência. Parece que estamos, de novo, a falar em Assembleia de Municípios, Assembleias Intermunicipais, porque, de facto, o que vamos sabendo da intenção da nova reorganização do Estado leva-nos a questionar se a Grande Área Metropolitana de Coimbra é ou não é uma Área Metropolitana. Pessoalmente penso que é, mas independentemente disso, o andamento destas coisas é complicado já que quando se anuncia um novo Quadro Comunitário se percebe que, enfim, se continua a falar das Grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e as restantes são Associações de Municípios, pelo que existem aqui, de facto, questões que importa perceber para nós próprios nesta AM podermos tomar as decisões ou as deliberações que na perspectiva do Concelho de Montemor-o-Velho valham mais a pena. É, efectivamente, dentro desta perspectiva que gostava de saber mais e, portanto, agradecia que o Senhor PCM, se possuir alguma informação suplementar sobre este aspecto, dela dê conhecimento à AM.

----- Uma última nota como uma sugestão que, provavelmente, já foi ponderada: que as próximas Festas Concelhias sejam organizadas pela Empresa Municipal (EM). Evidentemente que a questão das bilheteiras estará em causa até porque eu sou insuspeito já que em certa altura fui acusado, depois do Atlético Clube Montemorense e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

da Filarmónica 25 de Setembro em tempos organizarem as festas, de ter sido o responsável por introduzir bilhetes nas Festas. Todos sabem que sou, necessariamente, partidário desse assunto já que tenho para mim que as pessoas devem participar nessas actividades; no entanto, pareceu-me abusiva a questão de 2 entradas e, sobretudo, a questão logística que me pareceu das vezes complicada já que, muitas vezes, às horas dos espectáculos o PCM teve que decidir de modo a deixarem entrar as pessoas pois corriam o risco de nada ver. Evidentemente, que as 2 entradas complicaram, ninguém teria imaginado uma situação daquelas mas o que é certo é que também não gostei de ver e, em nada, honrou o Município. As pessoas que vieram visitar o nosso Concelho ou mesmo os nossos Municípios estarem em filas para entrar para o espectáculo e depois, de repente, entre o que tinha a sua entrada e o outro que estava a seguir na fila entrou gratuitamente criou-se uma grande injustiça. Não me pareceu de facto uma questão de bom senso e, assim, recomendo sinceramente que a futura EM faça uma entrada só. Era isto que queria referir no PAOD". -----

-----O PCM pediu a palavra para responder às questões colocadas e começou por saudar todos os presentes. Respondeu, então, a algumas questões apresentadas. "Em relação aos aspectos que foram focados, queria agradecer ao Membro Fernando Ramos por ter dado a oportunidade para se falar sobre um assunto que é extremamente delicado e que é a questão da agenda da próxima AM extraordinária. Aproveito, desde já, para solicitar ao PMAM que quando se elaborar a agenda dessa Sessão extraordinária ela possa ser acrescida de mais 2 pontos, deixando um desafio à própria AM. Um dos pontos será a aprovação formal da carta educativa do Concelho e, portanto pedia que, de uma forma informal, de manhã se realizasse uma reunião onde a equipa de trabalho apresentasse o documento final que seria votado à tarde. O documento está pronto e, ser apresentado, amanhã, no Conselho Municipal de Educação, para emissão de parecer, na segunda-feira será votado no Executivo Municipal e, depois seria remetido a esta Assembleia, para homologação no dia 20 de Outubro. O terceiro ponto que vou pedir que seja agendado, tem a ver com o assunto posto na mesa pelo Membro Fernando Ramos, e tem a ver com uma outra matéria que poderíamos apelidar de retoma da Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras (AMBMG). Como devem estar recordados, algumas das pessoas que aqui estão e que transitaram da AM anterior, foi deliberado, em 2003, aquando da formalização em termos legais da Grande Área Metropolitana de Coimbra, extinguir e liquidar a Assembleia da AMBMG porque se considerava que o seu objectivo estava a ser assumido pela futura Grande Área de Coimbra. Contudo, essas deliberações e nisso não deixo de ter alguma responsabilidade nessa matéria, penso que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

positiva, nunca foi extinta por deliberação dos Executivos Municipais, e assim, não foi liquidada. A liquidação foi sempre adiada e, há cerca de um ano a esta parte, foi sentido, não só por mim, mas por outros Presidentes de Câmara, no quadro vigente do enquadramento legal da Associação Intermunicipal, que não eram prioritárias, no quadro actual deste Governo, as Grandes Áreas Metropolitanas. Por questões mais ou menos formais, não é isso que está em causa, o que interessa é que sejamos objectivos, desenvolvi um conjunto de diligências, que amanhã vão ter o seu epílogo aqui em Montemor, convidando os meus colegas que fazem parte dessa mesma Associação para que a possamos revitalizar. Há cerca de 6 meses a esta parte que, nas reuniões preparatórias com os Organismos Oficiais sobre a temática do novo quadro de referência estratégia nacional “QREN”, é bem patenteado que um dos vectores de contratualização das verbas vai passar por contratos-programa a serem assinados pelos Municípios, integrados no Âmbito das chamadas NUDs 3, onde, curiosamente, esta AMBMG se inclui. Para quem está menos familiarizado com estas temáticas diremos que os Concelhos que a compõem são os da Mealhada, Penacova, Mira, Cantanhede, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Soure, Condeixa e Coimbra. Essa matéria, para além deste objectivo, tinha também subjacente uma outra preocupação: a maioria dos Membros da AM que estiveram mais atentos deve ter-se apercebido que há cerca de 2 ou 3 semanas foram divulgadas, com algum impacto mediático, as verbas que vão ser destinadas às diferentes regiões. Mas nessas verbas o dinheiro comunitário, dos fundos, etc, vai ficar mais caro, porque houve uma alteração significativa do ponto de vista geográfico da região que deixou de ter 79 Municípios para passar a ter 100. Arditosamente, parte da chamada Grande Área e a chamada Região de Lisboa e Vale do Tejo, que deixou estar integrado num projecto prioritário de fundos comunitários, foram passados para outras regiões. No caso concreto, a Região Centro colhe agora 21 Municípios e áreas mais ou menos adstritas à chamada Região do Oeste e mesmo da área próxima da Grande Área Metropolitana de Lisboa, o que significa que o índice “per-capita” de utilização destas verbas vai diminuir e vai dar origem a algo que penso que se por um lado pode ser preocupante, por outro lado também obriga, a maiores implicações. Não podemos esquecer que os Municípios que vão passar a integrar esta Região são muito fortes, do ponto de vista intermunicipal, e estão a preparar-se muito bem. Esta é outra circunstância que eu relevo de grande preocupação, e da qual tenho feito quase que uma cruzada aqui na Região e que se prende com uma estratégia de intermunicipalismo, uma estratégia consentânea seja com a GAM de Coimbra, seja com a AMBMG. Se não houver uma estratégia clarificada dos diferentes vectores de desenvolvimento e, sobretudo, uma

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

questão de solidariedade efectiva, pragmática e assumida dos Municípios em relação ao conteúdo daquilo que se pretende para o desenvolvimento futuro, nós vamos perder uma vez mais, não tenho dúvidas nessa matéria. Quem esteve atento à divulgação dum estudo recente sobre a aplicação dos fundos comunitários ao longo de 20 anos, entre 1986 e 2006, feito pela equipa do Professor Augusto Mateus, concluiu, claramente, que esta Região foi a que mais perdeu. É um estudo que aconselho que toda a gente leia em profundidade, porque mistura 2 conceitos que, sobretudo para nós que estamos nesta envolvência política, devemos ter muitas vezes atenção. Ele mistura o chamado Fundo de Coesão do desenvolvimento Municipal com o desenvolvimento competitivo, produtivo e sustentado nos mesmos Concelhos e das mesmas Regiões; isto é, para mais facilmente perceberem: por exemplo, para nós significa muito ter hoje uma piscina, ter uma biblioteca vai ser fundamental, ter melhores estradas e saneamento é importantíssimo, mas também é importantíssimo termos locais de desenvolvimento sustentado que obriga a ter emprego qualificado, ter elementos de rendimento, produtividade, etc., etc., e quando comparados, em bloco, estes dois vectores concluiu-se que o Baixo Mondego perdeu e caiu com o pinhal Litoral e até mesmo com o Alto Alentejo. Os contratos-programa que estão previstos no QREN a partir de 2007 são assinados com os NUDs, com as Associações intermunicipais e, claramente, os projectos de maior incidência intermunicipal vão ser prioritários. Portanto em relação à questão da GAM, neste momento se formos efectivamente pragmáticos, ela não está contrariada na Lei nem na vontade explícita do Governo, mas está claramente no dia-a-dia, no quotidiano, sobretudo na feitura do regulamento das acessibilidades às estratégias. Em relação a isso, o que vou propor aos meus colegas é que, precisamente reactivemos a Associação da AMBMG, que aproveitemos um trabalho que a GAM ficou de fazer e que, neste momento, ainda não o vi concluído e que era um estudo estratégico e, relevando que 9 dos 16 Municípios que compõe a GAM, são os 9 que compõe a AMBMG de modo a que ela seja priorizada em termos desse desenvolvimento. Actualmente a GAM funciona, porque tem os 3 Autarcas que presidem à Junta, se mantêm e, por isso, estou à vontade para falar nesta matéria com os meus colegas Jorge Bento e Carlos Encarnação. No entanto, já o mesmo não se passa com todos os Membros que compõe a Assembleia-geral que, sendo eleita a 20 de Outubro, pode, eventualmente, vir a propor a extinção ou a remodelação. A questão que é pertinente e é oportuna e que já tem atraso, sejamos claros, é revitalizar a outra Associação, dar-lhe funcionalidade, operacionalizá-la com circunstâncias que ela nunca teve. Não interessa só reactivar a AMBMG é preciso operacionalizá-la já que não se dá contexto a uma Associação destas tendo apenas um Secretário-geral, um Coordenador



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

ou um Executivo. Ela precisa de uma equipa técnica funcional, interdisciplinar que funcione em parceria para as áreas das infra-estruturas, para a área do desenvolvimento económico, para a captação de investimento, para a gestão de vários projectos intermunicipais e, portanto, dentro disso penso que estou a dar-lhe a resposta clara sobre o caminho que neste momento nós iremos traçar. Prioritariamente reactivar essa Associação, manter o “low profile” em relação à Grande Área Metropolitana, porque não me parece que seja agora também muito adequado estarmos a mandar tiros nos pés sobre essa matéria e, procurar, dentro do espaço temporal limitado que nos resta, estarmos numa boa posição para quando abrir o QREN sabermos o que queremos, como vamos e com quem vamos. Essa é que me parece que é a pertinência da observação. ---

-----Em relação à questão das Festas e da chamada de atenção que foi feita, estou perfeitamente de acordo. Aliás o modelo, para o próximo ano e no âmbito da realização pela EM, terá que ser revisto, do ponto de vista funcional até por uma questão de ajustamento de oferta à procura. Se repararmos houve espaço temporal a mais de abertura e participação nas Festas face aos eventos que lhe estavam subjacentes e, daí houve uma distorção entre o pagamento do utente e o pagamento do consumidor do espectáculo; aí é que esteve o problema até para não pôr em causa o funcionamento sobretudo do grande apoio que o regime associativo dá a esta matéria.-----

-----Em relação ao futuro e à questão da EM deixem-me que vos diga que, neste momento, estão em discussão nacional 2 ou 3 projectos fundamentais para o Municipalismo, para as Autarquias e, por isso, há muita coisa que está em cima da mesa que pode ser necessariamente reajustada. Ontem, confessava ao Membro Fernando Ramos que a minha componente económica e a minha componente política muitas vezes se chocam, entre aquilo que acho que é adequado, do ponto de vista funcional, do ponto de vista do rigor, da necessidade da redução de encargos, de gestão muito apertada e aquilo que é o factor social duma Autarquia, aquilo que é factor de solidariedade e de abertura e que muitas vezes me leva a pensar que há contrariedades. O gestor e o político, não tenho dúvidas nessa matéria, vagueia, muitas vezes, dentro desse linear, dessa fronteira e depois aparecem os exemplos negativos que, eventualmente, vêm a primeira página dos jornais em detrimento dos outros e, nesta matéria, também se tornou normal que certas e determinadas figuras passem despercebidas e sejam chamados, de uma forma genérica, os Autarcas deste País, desde os PJ a PCM. Não me revejo nessa matéria, não alinhio em frontalismos de bandeiras na mão contra isto ou contra aquilo, mas também não deixo de lamentar que hoje há uma falta de seriedade, talvez

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

objectivada, dirigida ou mesmo fundamentada, transmitida pelos órgãos de comunicação social contra a maioria dos Autarcas deste País”. -----

-----O Membro Filipe Carraco pediu a palavra para referir: “A minha intervenção vai no sentido de assinalar a abertura de mais um ano lectivo e este será diferente já que entram em vigor as actividades de enriquecimento curricular no 1º CEB. Saúdo o protagonismo que a CMMV tem tido como entidade promotora, em parceria com os agrupamentos e outras instituições, deste conjunto de actividades que incluem o inglês, a música e a actividade física e motora, abrangendo 860 crianças do nosso Concelho.-----

-----De realçar, também, a aprovação de uma candidatura que permitirá a instalação de computadores, com ligação à internet, nos Jardins-de-infância, um facto positivo que irá incentivar o uso das novas tecnologias desde os primeiros passos na vida escolar.-----

-----Não posso deixar de referir o esforço de investimento que foi feito em equipamentos físicos, como foi o caso da recuperação da EB1 da Portela e da Ribeira dos Moinhos, ou mesmo no JI da Bunhosa e o equipamento e construção do JI de Liceia, já que o total aplicado rondou os 500.000 euros. -----

----- De salientar o papel da Autarquia ao chamar as IPSS's, com valências de ATL, para integrarem o processo da introdução de actividades de enriquecimento curricular, garantindo, assim, a manutenção de alguns postos de trabalho que poderiam ficar aqui em risco e, também, o facto de continuar em vigor, o programa que permite que todas as crianças do Concelho, do pré-escolar e do 1º CEB, disponham de refeições, caso pretendam e que ronda os 650 alunos que, neste momento, usufruem deste serviço. -----

-----Antes de terminar permitam que registre um lamento devido ao facto do Governo Central continuar e bem, a transferir competências para as Autarquias, mas já não o fazer tão no que se refere às transferências financeiras que não são da mesma ordem. No fundo, transferem-se as competências, mas os meios financeiros para as desenvolver nem sempre são proporcionais. -----

-----A concluir a minha intervenção reafirmo que esta questão da educação é uma questão importante, porque o grau de desenvolvimento das sociedades actuais mede-se pela qualidade e pela riqueza dos seus recursos humanos e a aposta no sector, sem dúvida, que é uma aposta do futuro. Muito obrigado”.-----

-----O P.J.F. de Meãs pediu a palavra e disse: “Bom dia, Senhor PMAM e muito obrigado. As minhas saudações a todos os restantes Membros da AM. -----

-----A minha intervenção refere-se às Festas Concelhias, Festas da Vila de 2006. Não pretendo tecer grandes considerações sobre as Festas, nem sobre o seu programa, mas referir, apenas, um evento e que foram os Jogos de Freguesia sem Fronteiras. Pretendo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

deixar uma palavra de grande apreço e consideração à CMMV por ter apostado numa iniciativa que, nestes últimos 2 anos, tem continuado a cativar o interesse e a boa disposição dos jovens e espectadores, sentindo-se, assim, que é uma iniciativa do agrado de todos. Digo que não houve vencedores, nem vencidos, porque todos participaram numa forma salutar, de uma forma alegre e bem disposta e, para finalizar, pretendo endereçar saudações de amizade e estima a todas as equipas participantes e votos sinceros que continuem a acreditar que a participação em eventos desta natureza muito dignificam o nosso Concelho e a sua população. Um bem-haja à CMMV pela iniciativa”. ---

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra, dizendo: “Bom dia, Senhor PMAM, Senhor PCM, Senhores Vereadores e Senhores Membros da AM. -----

----- Gostava de tecer algumas considerações sobre diversos aspectos: -----

----- Primeiro – lembrar que, brevemente, vamos comemorar o primeiro aniversário do actual mandato autárquico. Vai fazer um ano que fomos eleitos e desafio a que na próxima AM, que prevejo que vai ser extraordinária e, portanto, não terá PAOD, se introduza um ponto que nos permita fazer um mini balanço deste primeiro ano de actividade quer deste Órgão Autárquico, AM, quer dos restantes. -----

----- Segundo – Felicitar o Vereador Pedro Machado pela tomada de posse de presidente da RTC e desejar-lhe que tenha a arte e o engenho para que o nosso turismo possa, de facto, contribuir para a economia local e não apenas para 1 ou 2 localidades, Figueira da Foz e Coimbra, normalmente os grandes privilegiados daquela actividade. -----

----- Gostava de me congratular e felicitar com a organização e os apoiantes do Campeonato do Mundo de Pesca que teve lugar há 2 semanas em Montemor-o-Velho, na Pista de Remo e de Canoagem ou Centro Náutico como é agora conhecido. Dizer que foi uma grande demonstração para quem pratica aquela actividade, aquele desporto que é, de facto, impressionante, mas gostaria também de lamentar algumas falhas notadas e que não dignificam estes eventos. Tive a oportunidade de participar como juiz na prova, e aí tive a oportunidade de ir ouvindo e de ter assistido a momentos menos brilhantes da organização. Penso que a CMMV acaba por sair mal, embora não fosse da sua responsabilidade, julgo eu, porque aparece envolvida quase que como quem organiza ou recebe. Pareceu-me que, do ponto de vista logístico, havia para ali uns tascos sem jeito para um evento daquela natureza; percebo que a CMMV possa não ter experiência, mas parece-me que ao ter emprestado o nome como apoiante deveriam ter sido criadas outras preocupações de apoio logístico, não só durante a prova e no acompanhamento dos participantes das selecções, mas também na criação de condições gerais para a assistência. Não gostei nada, e duvido que não haja aqui nenhuma responsabilidade da

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

Autarquia, de ver os nossos representantes naquele papel, nada agradável, na cerimónia de entrega de prémios, na tarde de Domingo. Foi mau ver tantos erros: programa mal organizado, sem tradução; discursos em português, sem tradução; ver hinos que não correspondiam ao que devia ser; enfim, parece-me que quando emprestamos o nome pelo menos devemos ter cautela, ou puxar para nós de maneira a que não haja erros desta natureza que foram o delírio das delegações ou selecções e o que sobressai disto tudo é que em Montemor os tipos nem acertaram os hinos. É claro, e repito que a responsabilidade é de quem a tem, mas ao emprestarmos o nome devemos, pelo menos, garantir de que não há este tipo de erros que são de principiante. -----

-----Um outro ponto que gostaria de referir é relativamente às Festas da Vila. No entanto, e já agora, solicitava à CM ou peço ao PMAM que interceda junto da CM, para que sempre que seja feito um pedido de esclarecimento que haja uma resposta a dizer respondemos ou não respondemos à questão apresentada. Invariavelmente, a maior parte dos requerimentos não obtém qualquer resposta e, por isso, deixei de escrever, de usar tal prerrogativa pois não vale a pena e é preferível realizar algumas intervenções aqui na AM que ficam registadas na acta. De facto, para além de simples respostas casuais, dadas no momento, nunca obtive nenhuma concreta a qualquer requerimento formal feito à CM e sei que a minha camarada, do mandato anterior, teve a mesma sorte, pelo que tanto faz enviar ou não através da AM um requerimento a pedir qualquer informação. Assim sendo deixo levanto aqui a questão e que se prende com as receitas de bilheteira das Festas e das quais gostaria de ter uma ideia. Parece-me que, por vezes, desenvolvemos iniciativas com objectivos definidos mas, depois, não fazemos exactamente as contas e daí que gostasse de saber se as receitas das bilheteiras chegaram para pagar aos funcionários nelas trabalharam, mais à Prossegur que controlou, tendo em conta que esta empresa viu o seu contrato ampliado e os funcionários da CM acabaram por estar envolvidos, provavelmente com horas extraordinárias e fins de semana e daí que considere importante a informação solicitada. Será que chegou, considerando que havia dezenas, centenas, talvez mais de um milhar de pessoas que não pagavam, o que não é muito claro? Que exista um número reduzido de convites circunstanciais estou de acordo; não posso é concordar que eles se massifiquem, acabando por criar uma imagem não muito positiva para a Autarquia, dando a ideia de que há um milhar ou dois de pessoas que têm uma relação privilegiada ou próxima com a Autarquia e os outros têm que pagar e não se percebe muito o porquê. Portanto, considero que deve um critério mais rigoroso nesse tipo de política, sendo certo que defendo que neste tipo de iniciativa as tasquinhas e as exposições não devem ter

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

bilhete cobrado, sobretudo por tudo aquilo que é solicitado: pede-se às pessoas que participem, que venham ver, visitar, contribuir, que venham às tasquinhas consumir e etc., e ao mesmo tempo cobra-se o bilhete para esse efeito. Penso que são experiências que se fazem não se fazendo, posteriormente, uma grande análise dos resultados. -----

-----Gostava, também, que fossem esclarecidos alguns aspectos relativamente às tasquinhas. Este ano, mais uma vez, fomos confrontados com subconcessões de explorações já que a CM cedeu os espaços para restaurante ou tasquinha às JF e estas, por sua vez, concessionaram-nos a comerciantes privados ou essa foi a ideia que passou. Não tenho nada a opor que a Casa do Benfica utilize a concessão da JF de Vila Nova da Barca ou que um comerciante de Montemor utilize o espaço da JF de Montemor, mas que isto parece uma trapalhada parece e que consequências terá se um dia sai mal? Também não sei se há alguma contra partida para as JF ou como é que vão orçamentar essas verbas pelo que parece que começa a haver uma falta de cuidado nas regras para a atribuição dos espaços. Penso que é preferível que existam candidaturas e quem deseja participar, Associações ou privados, candidatam-se directamente já que, assim, desta forma parece um pouco lisonjeiro. -----

-----Para terminar em relação às Festas da Vila, embora pudesse dizer aqui mais coisas, referir que, em surdina é voz corrente e, por isso, é nosso dever levantar essas questões aqui nos Órgãos, de que há um senhor do mundo dos espectáculos que tem, o monopólio das Festas da Vila “ad vide eternum” e que desde há 5 anos, sem concurso público, ganha directamente a sua realização. Isto é só para saber se tal é verdade ou não. Como sabem estou a falar do André Sardet e penso que deveria ser esclarecido publicamente porque, independentemente, da responsabilidade da Autarquia em relação a isso, a verdade é que dessa fama não se safam. -----

-----Queria também lamentar a participação da CM e da JF de Santo Varão nas 2 inaugurações da ponte de Formoselha - penso que aquela obra, atribulada e meio vigarista por parte do INAG, não merecia a atenção que lhe foi dada pelas duas entidades com a participação em inaugurações separadas, uma da reabertura da ponte e outra da iluminação. Não posso deixar de registar esta nota. -----

-----Sobre as questões de saúde e porque ainda não tivemos a oportunidade de reunir depois do encerramento do SAP de Montemor lamento que se tenha confirmado aquilo que infelizmente se previa e que era de que a província, o interior, os concelhos menos desenvolvidos do País continuam a ser discriminados negativamente. Tudo isto vai contra o que se impunha e que era o estimular da fixação de pessoas e tal far-se-ia sem grandes custos nos concelhos menos desenvolvidos, com a criação de condições de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

prestação de saúde, de ensino e outros e o que continuamos a verificar é que os critérios são normalmente economicistas e daí que não se dê grande contributo para o desenvolvimento do interior do País.-----

-----O PCM pediu a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, referindo: “Em relação a todas questões apresentadas, penso que elas são muito importantes mas, algumas delas, estão mal formuladas. Permita-me que lhe diga, Senhor Membro Jorge Camarneiro, que não era normal, até porque tem recebido resposta a todas as questões anteriormente apresentadas. A questão das etnias foi-lhe transmitida por escrito e foi entregue; às outras 2, sobre o Atlético Clube Montemorense (ACM) e EM, respondi aqui no próprio dia em que as colocou e a Dr<sup>a</sup> Filomena tem lá a resposta para entregar e daí a primeira mentira. Há por aí alguma falta de elegância quando não se transmite a veracidade dos factos. -----

-----Quanto às questões do Campeonato do Mundo de Pesca: a CM tinha, apenas, a seu cargo a cedência do Centro Náutico e fazer a sua limpeza, pagar os transferes dos autocarros para Lisboa e pagar, em parceria com a RTC, o jantar. Depois, o que aconteceu demonstrou uma incapacidade total das pseudo-associações regionais que assumiram a realização e envolveram o nome da Câmara no meio disto. Se a Câmara ficou mal vista ou não, o problema é de quem o sente ou de quem veio aqui transmitir aquilo que lhe mandaram. Concretamente, a nossa responsabilidade assumida no contrato que foi aprovado pelo executivo, foi cumprido: ceder, a título gratuito, o Centro Náutico, realizar a sua limpeza, preparar o transfere dos pescadores, levá-los a um jantar que era para ser só regional e que acabou por ser de todo o País e, portanto nessa matéria mais uma vez os pruridos de alguns ficam bem. -----

----- Sobre todo o resto, são coisas nas quais não temos qualquer responsabilidade e, já agora, só falta dizer que a CM é que teve a culpa de não ter havido peixe no Campeonato do Mundo ou que o responsável pela sonorização e outros apoios foi contratado por nós. -----

-----Quanto à questão das inaugurações: que eu saiba só lá fui à da iluminação que ainda não tinha sido inaugurada e, ainda bem, porque a população gosta disso. -----

----- Sobre a questão das Festas: quando de facto se começa aqui a discutir o assunto é muito importante salientar, já que o facto assim o exige, o que os PJ disseram, não só o das Meãs, mas também os outros, sobre a qualidade das Festas. É evidente que tudo o que se tem feito tem de ser melhorado, corrigido e nisso estou perfeitamente de acordo; mal de nós se não o fizéssemos e, ainda bem, que há uma voz discordante. Em relação aos convites: é lógico que havia muitos. Vejamos: a Feira das Tasquinhas teve direito a

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

30 convites por cada uma, o que dá um total de 480; registou-se a presença de 1300 expositores que também tiveram convites; os Membros da AM também tiveram convites, têm direito a isso. Têm todos o direito de comentar, mas penso que é um pouco desajeitado estarmos aqui a evidenciar coisas que não contribuem para as necessidades do desenvolvimento do Concelho. -----

----- Agora, o que é mais importante é não ofender os PJ. Há princípios definidos para a utilização das tasquinhas em que as JF são, exclusivamente, as únicas entidades a serem ouvidas e, pela idoneidade, competência e qualidade, dos Senhores PJ, cabe-lhes a eles metem lá quem muito bem lhes aprouver. Até hoje, não tenho tido falta de respeito da parte deles, nem tenho sentido que tenham ultrapassado as suas competências para utilizar, abusivamente, a concessão que lhes é dada. Louvo-os, até, pela forma como têm conseguido mobilizar o associativismo e como o têm feito participar, gerindo da melhor forma a imagem da envolvência das populações. Se não fossem eles muita gente não se deslocava a Montemor nestas Festas: vêm porque a Associação traz familiares, traz habitantes e participantes com interesse pela cultura. Considero, isso sim, grave, mas percebo que se utilize o ouve-se dizer, quando não se tem coragem de perguntar directamente. Vejamos: houve um concurso público, autorizado e aprovado pela CM, a que se apresentaram 11 concorrentes para elaboração de programa e equipamento logístico e 1 para a iluminação e cujo processo pode ser visto por qualquer um dos senhores. A acusação feita é perfeitamente ingrata e é de uma falta de modéstia total estar a dizer uma coisa dessas nesta AM, partindo, claramente e apenas, do “ouve-se lá fora”. Se tal acontece e se quisesse ser esclarecido tenho o meu gabinete onde receberia, a qualquer momento, o Membro da AM para lhe facultar todos os dados. Assim, ao colocar aqui a questão, o Senhor tem de assumir as suas palavras e é muito delicado, porque vou fazer chegar isso por escrito aonde tenho que fazer chegar. -----

----- Quanto a receitas e despesas das Festas: este ano, tinha exigido ao Senhor Vereador uma diminuição total da despesa por uma questão de ética e de consonância entre as palavras ouvidas e sentidas de que as coisas estão mal e apertadas. Quero-vos dizer que a receita de terrado e a de entradas ultrapassou os 73 mil euros que, face à total da despesa existente, leva a que a Autarquia só invista cerca de 190 mil euros, o que significa metade da despesa do ano passado. Se pegarmos nisto olhemos para os exemplos que, muitas vezes, aqui se trazem com alguma hipocrisia: temos prurido em gastar um euro a entrar nas nossas Festas e vamos a Cantanhede, onde gastamos 2 e 3 euros, mas que em qualidade de oferta, não direi de espectáculo, mas de organização do ponto de vista das tasquinhas e da qualidade da alimentação fica muito a dever à de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

Montemor. Aí ninguém diz nada, ninguém comenta, mas se, no próximo ano, pegarmos nestes 70 mil euros e juntarmos, por exemplo, aquilo que Cantanhede atribui à Inova para organização e que varia entre os 90 mil e os 100 mil euros, significa que a CM poupou mais de metade das despesas que vinha a efectuar até hoje. Acho muito úteis as achegas há pouco veiculadas pelo Membro Fernando Ramos no sentido de que o que é preciso é reajustar o programa do pagamento a um programa de fruição. Não nos esqueçamos que toda aquela estratégia de melhoria de qualidade dos stands quer para as Associações, quer para os expositores custa, para quem não sabe, uma verba muito elevada. A tenda, de que toda a gente gosta, custa 25 mil euros, os stands instalados e que garantem qualidade e comodidades custam entre 40 a 45 mil euros, e quem é que paga isto? De registar que as pessoas não deixam de marcar presença, independentemente de tudo, e sabemos sem subterfúgios que as associações presentes nas Tasquinhas chegam ao final e têm lucros de mais de 15 mil euros, nalguns casos e que são uma forma indirecta de subsídio da CM com o valor do trabalho que eles incorporaram. Isto é que é preciso ser dito concretamente. Penso que há uma generalização de ideias de que é necessário consolidar, sobretudo num momento delicado do ponto de vista da gestão do Município e do País, e que se refere a não podermos estar a permitir entradas totalmente de borla. Parece-me incrível tal ideia, porque em contrapartida, por exemplo, os Bombeiros precisam de apoio para aquisição de fardas e eu não tenho e considero que é mais importante a farda para um bombeiro, que está na luta em favor das populações, do que permitir que se faça um gasto avultado de utilização generalista e que não é prioritária. Continuo a dizer que considero que há chamadas de atenção perfeitamente razoáveis e adequadas que traduzem, claramente, a necessidade de reajustamento seja no modelo de gestão directo, seja no modelo de gestão indirecto, através das empresas municipais, num primeiro ano, com custos muito abaixo daquilo que são praticados nos Concelhos limítrofes. Estes valores que referi serão apresentados na próxima reunião do executivo para conhecimento e, desde já, peço desculpa, aos Senhores Vereadores, de antecipadamente os ter aqui divulgado. O que está aqui em causa que é extremamente delicado e penso que todos o reconhecem tem a ver com o ordenamento do território onde trabalhamos e que é extremamente ingrato para este tipo de exploração pois não é murado, não é fechado. No caso da gastronomia a oferta atingiu uma dinâmica e uma dimensão tão grande que choca muitas vezes com o espaço onde está instalado com o reservado à animação. Repare-se que este provoca ruído mas, em sentido contrário, recebe o cheiro das cozinhas e isso é preocupante para que se possa manter uma qualidade de fruição por parte do utente, do munícipe e, dentro disso, não tenho a menor



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

dúvida de que vamos ter que melhorar. Sempre que são dadas estas achegas, elas serão tidas em linha de atenção e, claramente, digo que naqueles 2 ou 3 primeiros dias não valia a pena ter cobrado entrada, porque os espectáculos que estavam previstos não se adequavam, do ponto de vista da oferta àquilo que era uma procura que estava destinada a pagar. Para o ano será muito mais fácil de utilizar este modelo que, neste momento está em causa, pois o feriado é a um sábado. As Festas, eventualmente, vão começar a uma segunda-feira e acabar a um domingo e, assim, a partir de quarta-feira haverá espectáculos todos os dias que serão pagos de acordo com a qualidade e onde só vai quem quiser. Isso será uma questão de opção pessoal já que ninguém obriga ninguém a vir às Festas de Montemor e vão para outros lados também pagam. Quanto é que se paga em Cantanhede? Quanto é que se paga na Figueira da Foz? Quanto é que se paga em tantos outros locais? Porque terá de existir esta hipocrisia, esta baixez de nível de discussão de coisas que não têm interesse. Este deveria centrar-se em saber onde é que está a captação de investimento, a criação de emprego, a melhoria rodoviária? Isso sim. Estou disposto a discutir e a mostrar a fragilidade de deste processos, agora em relação às Festas, não permitirei que se transformem no pólo de desenvolvimento do Concelho”.-

-----O Presidente da JF de Santo Varão pediu a palavra e disse: “Em relação à interpelação do Membro Jorge Camarneiro, é só para realçar que está mal informado. A JF apenas promoveu uma pequena e singela inauguração da iluminação, não teve nada a ver com a ponte, nunca tendo existido as tais 2 inaugurações que refere. Não é correcto e não é verdade”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra de novo para dizer: “Que eu saiba não há tabus no nosso Concelho e, por isso, não há os temas que o PCM quer impor para discussão e outros dos quais não se pode falar. Falaremos da mesma forma e com a mesma dignidade dos temas que nos propõe e dos que entendemos questionar. Isto parece-me ser um caso abusivo por parte do PCM, porque o que foi dito, no fundo, reflecte algumas preocupações de quem aqui representamos pelo que considero que não foi aqui feita nenhuma afirmação tão importante ou crítica que levasse a este tipo de reacções, aliás às quais já nos vamos habituando. O PCM já disse, anteriormente, e gosta muito de assumir esse papel, de que se fosse Oposição teria feito muito mais; é lógico já que ele fala 1 hora e nós falamos 3 minutos e, por isso, não é difícil ser mais papista que o Papa e querer ser Posição e Oposição ao mesmo tempo. É mentira que, alguma vez, eu tenha recebido uma resposta da CM, a não ser esta cujo envelope está aqui fechado e ainda não o abri, não sei sobre o que é, tenho que ler. Portanto e não vale a pena estarmos aqui com rodeios, porque isto é um pedido que fiz, mais do que uma vez, para

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

que fossem dadas respostas às questões colocadas, quanto mais não seja a dizer que há comentários a fazer. Por outro lado, ninguém me encomenda coisíssima nenhuma: tenho ouvidos, tenho olhos, vejo, participo e se tenho uma questão que entendo levantar, levanto, ninguém, de resto, me condiciona. Agora, naturalmente, estou atento. Não há aqui nenhum problema de grande importância. O que disse e repito foi que, primeiro, me congratulava com a questão do Campeonato do Mundo de Pesca e, a seguir disse que a Câmara tinha acabado por ficar envolvida numa responsabilidade que se calhar não tinha já que a responsabilidade seria da Associação de Pescas. Não me parece, por isso, que exista aqui qualquer questão que leve a este tipo de reacções até porque mal seria se não pudéssemos suscitar algumas questões de interesse para o Município e para os munícipes só porque não têm importância na opinião do PCM. Portanto, acho que podemos questionar sobre qualquer assunto com o mesmo tipo de dignidade”. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra, dizendo: “Senhor PMAM - vou tentar cumprir aquilo que me solicitou. Não é fácil que, realmente, o representante do principal Grupo da AM, na sua intervenção, seja prejudicado por ter que falar menos, mas vamos tentar cumprir.-----

-----Em primeiro lugar, uma saudação do Grupo da CMNRC, pela assunção definitiva de Membro desta AM, à Senhora Milena Faria que tem estado em regime de substituição e que, hoje, assume de pleno direito e definitivamente o lugar de Membro deste Órgão. ---

-----Em segundo lugar, e apesar de tal já ter sido referido por todas os Grupos, obviamente, terei que repetir. Gostaria de enaltecer a figura e a pessoa do Dr. Pedro Machado, a sua prestação política e humana a este Concelho e que, mais uma vez, foi chamado a altas responsabilidades e tendo assumido o lugar de Presidente da RTC. Para ele os nossos votos de felicidades para o mandato e estamos certos de que o vai desempenhar com alegria, com determinação, não esquecendo que o Dr. Pedro Machado também é de Montemor e, por isso, Montemor também está de parabéns. -----

-----Não vou falar sobre as Festas da Vila. Todos os anos tenho referido que temos a felicidade de possuímos um tecido associativo, cultural, desportivo e social, riquíssimo, que todos os anos se enche de brio e se galvaniza para estar presente nas Festas e a CM tem, efectivamente, sido o motor, dinamizando esta excelente colaboração e interacção. Relativamente ao esforço realista de contenção de despesas penso que é normalíssimo, nos dias de hoje, com uma situação como a que o País atravessa. Não esquecemos que para gerar emprego, para comprar mais hectares nas zonas industriais em que estamos fortemente apostados, como o PLIA de Arazede e o Parque de Negócios de Montemor, para que possamos adquirir mais área para poder instalar empresas que serão geradoras

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28*

de riqueza, não podemos, como dizia o PCM, andarmos a dar tudo de borla até porque, muitas vezes, as pessoas quando têm tudo sem pagar não lhe dão o verdadeiro valor e temos que apostar na qualidade. Dou-vos como exemplo a cidade de Mortágua onde não se paga qualquer entrada para as festas, mas onde a zona da gastronomia se realiza a céu aberto e, de um momento para o outro, todos os participantes tiveram que fugir com o prato na mão para baixo duma árvore. Como convidados estiveram nas nossas Festas pessoas ligadas à CM local e, no final, disseram que apesar de serem duma cidade não tinham as condições que vieram encontrar em Montemor. Viram como Montemor está a trabalhar, em termos de tasquinhas e referiram que não havia dúvida nenhuma face à situação de qualidade que verificaram, fruto de um grande trabalho, obviamente, caro e tem que ser pago. Penso que neste aspecto temos que atirar Montemor para a frente pela qualidade, pelo desenvolvimento e numa aposta clara neste tipo de eventos. Obviamente, há sempre pormenores a assinalar e é bom que assim seja pois é sinal que estamos todos atentos e, muitas vezes, é com os pequenos erros que aprendemos e conseguimos perspectivar um futuro melhor. -----

-----Relativamente aos grandes acontecimentos, como o Campeonato do Mundo de Pesca, como os Jogos de Freguesias sem Fronteiras, foram, efectivamente, realizações que dignificaram e que levaram o nome de Montemor por esse Mundo fora”. -----

-----**PONTO DOIS - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR--**  
----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDA**  
----- **DE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;** -----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Contrariamente àquilo que, normalmente, neste ponto faço, julgo que em tudo o que foi escrito e assinado pelo PCM há efectivamente um ponto que me chamou à atenção e encontra-se, exactamente, na última página e tem a ver com a informação sobre a situação financeira. Parece-me que algumas das questões aí transcritas, pelo menos para mim que só sei ler números e quantificá-los, não propriamente interpretá-los, necessitam de algum esclarecimento. Relativamente à questão do passivo a curto prazo, gostaria de saber se esse curto prazo é de 1, 2 ou 3 meses ou se é de 1 ano; o que é que se entende pela questão do “curto prazo” porque, neste momento, com o total a fornecedores imobilizados a situar-se nos 9 milhões, no total, e com estes 7 milhões em curto prazo de pagamento há que perceber se, realmente, estamos com dificuldades acrescidas ou não em termos financeiros, apesar daquilo que vamos verificando”. -----

-----O PCM pediu a palavra para responder à questão colocada, dizendo: “Reparo que, de facto, falta aqui algo que teria ajudado a esclarecer tudo isto. Entre o que se encontra

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

descrito como passivo de curto prazo e a última coluna, deveria aparecer uma referência ao passivo de médio e longo prazo. O passivo de curto prazo é o que encontra negociado com as Entidades Financiadoras e Credoras para além de um ano de valência. O passivo de médio e longo prazo que é a última coluna, refere todos os contratos assinados pela Autarquia e que conhecem porque foram negociados com Entidades Bancárias, ao abrigo dos Fundos Comunitários e que se prolongam por 10, 15 ou 20 anos. Tudo o que está fora desse contexto e que deveria ter um pagamento a menos de um ano, apesar de nada impedir que transite para os anos seguintes como dívida, é o que está aqui evidenciado. Há uma outra parte que não está aqui e que deveria também constar mas que é difícil de poder expressar: neste curto prazo e, sobretudo, no que diz respeito aos fornecedores de imobilizado há contrapartidas de financiamento que não estão a ser tratadas. Dou-vos como exemplo o que se passa com as obras: o que aqui se retrata dos autos vem dos empreiteiros da passagem superior em Pereira, do Pavilhão de Montemor-o-Velho, da nova estrada na Carapinheira, etc.. Estamos em dívida para com os empreiteiros mas temos financiamentos que ainda não fomos buscar já que existem compromissos que conseguimos obter de Entidades que nos vão financiar e poderia dizer, grosso modo, que deverão andar entre 3 milhões e meio e os 4 milhões de euros, dos Fundos Comunitários referente ao Parque Empresarial, ao Pavilhão de Montemor-o-Velho, à EN 341, às passagens superiores, etc. O problema não está muito nesta relação porque este passivo, neste momento, é possível de reduzir em cerca de 40 a 50%. O que está aqui em causa é outro problema e para o qual esta AM foi sensibilizada e autorizou um empréstimo a curto prazo que já não quero aplicar este ano. No próximo ano quando pedir a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento accionarei, de imediato, por uma questão de liquidez a possibilidade de realização de um empréstimo de curto prazo que permita ir buscar os fundos comunitários, pagando à cabeça, e que feche o ciclo do quadro comunitário em vigor que termina em Junho, do próximo ano. Aqui é que existe o aperto, porque o volume de obras, neste momento, compromete 97% do Orçamento de 2006, dos quais, 12,3 milhões de euros estão directamente relacionados com investimento e isto pode ser interpretado duma maneira mais lata, tendo em conta as obras no terreno ou as já concretizadas, fora o compromisso que transita para o ano seguinte. O cumprimento dos pagamentos desta parte será co-financiados e como sabem nos co-financiamentos primeiro pagamos e só depois recebemos. Em determinadas circunstâncias e é o caso concreto que agora se vive, há uma rotura de liquidez e daí o empréstimo de curto prazo. As dúvidas que foram levantadas da outra vez são perfeitamente aceitáveis, mas a Lei define que elas têm que ser solvidas até ao final do ano económico em curso. Se

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

começarmos no princípio do ano temos é que ter um mapa de tesouraria adequado pois com o dinheiro que temos pagamos ao fornecedor, vamos depois buscar ao fundo comunitário e há que rodar 3,5 milhões a 4 milhões de euros que iremos receber, mas que implica que movimentemos quase outro tanto, porque estamos a receber, em muitos desses casos, apenas 50%. Esta é uma questão a tratar com delicadeza. Quem acompanha estas discussões repara que a ANMP está a ter muito cuidado com a legislação que está a ser proposta de Lei das Finanças Locais e que põe alguma destas circunstâncias em cima da mesa para serem debatidas. A questão do endividamento é muito problemática: como sabem quando contraímos aquele empréstimo, em Março de 2002, sabíamos que íamos atingir a nossa capacidade de endividamento mas, entretanto, veio a ministra Manuela Ferreira Leite impor um novo rácio e nós, que dentro daquilo que tínhamos contraído atingíamos o limite, ficámos acima do definido. Assim, Montemor, hoje, aparece como “sem capacidade de endividamento” porque está a ser analisado ao abrigo da legislação que surge à posteriori à contracção daquele empréstimo que foi de 6,5 milhões de euros. O que neste momento se passa e penso que deveriam saber disto, é que, de acordo com a Lei em vigor, o que se perspectiva para 2007 relativamente à actualização das fontes de rendimento e de acordo com as contas feitas para a ANMP, para o próximo ano, apenas 3 Municípios, do distrito de Coimbra, vão ver, ligeiramente, aumentadas as suas receitas: Montemor-o-Velho - 1,8 %, Mira - 2,4 e Soure - 2,4. Diga-se, em abono da verdade que, face à Lei em vigor, receberíamos 6,4 % de aumento. Há que ter realizar a leitura correcta da situação pois a nova legislação penaliza de facto tudo mas há posição, assumida pelo Secretário de Estado da Administração Local, em Coimbra, quando assinou o contrato-programa para o financiamento de obras a realizar na Carapinheira, que refere, claramente, que o Governo tentará que exista “solidariedade” dos grandes para com os pequenos. Na ocasião afirmou e faço eco dessas palavras, que Coimbra e Figueira não podem crescer em detrimento dos outros que tinham que diminuir o provocaria uma transferência ou crescimento zero. Para mim não há crescimento zero pois tal é pura estagnação. Alguns Municípios aumentam porque os próprios critérios de valorização dos fundos passam a ter subjacentes variáveis diferentes. Até agora e nós sabemos disso os factores conjugavam vários critérios onde também o território era importante. O que hoje passa a pesar, bastante mais, é a questão demográfica, a do crescimento populacional efectivo e é evidente que não é por acaso que estes 3 Concelhos começam a ter um reajustamento que, no entanto, é perigoso e, agora, se estivesse no lugar do Membro Jorge Camarneiro levantava o problema da questão imobiliária que pode estar subjacente a isto e que cresce à conta de quê? Vai crescer à

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28*

conta de urbanizações, vai crescer à conta de loteamentos, com calma, porque isto pode ser um repto um pouco delicado. Dentro desta panóplia de observações, concretamente, penso que Montemor poderá crescer por um lado no factor de actualização, mas também poderá vir a ser penalizado por níveis de endividamento que se ultrapassem? Por tudo isto penso que não tenho que me manifestar, neste momento, nem ser aderente de uma ou de outra corrente, porque penso que também vai passar pela forma ardilosa com que o edil possa negociar com a Administração Central e, nisso, eu já disse e continuo a dizer que enquanto aqui estiver, em primeiro lugar, está o Município e depois a cor partidária e, dentro dessa matéria, sei posicionar-me adequadamente para quando for necessário trazer aos Órgãos Locais para decisão, o melhor entendimento para que o Concelho não seja prejudicado”. -----

#### -----**PONTO TRÊS – VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA--** ----- O TRÁFICO DE SERES HUMANOS;-----

-----O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Em relação a este ponto gostava só de reforçar a importância do tema trazido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e ressaltar 3 ou 4 pontos. -----

-----É entendimento de que realmente as autoridades locais e não só, mas todos nós enquanto Municípios deste Concelho, temos que abordar este problema conscientemente e fazermos também a divulgação dos casos que poderão passar-se e dar aqui um enfoque especial ao facto dos tratamentos inumanos ou degradantes que são referidos. Não tenho conhecimento de que existam no Concelho, mas acredito que possam existir sob formas camufladas, pressões psicológicas ou mesmo pressões financeiras. Penso que numa altura em que a qualidade do nível de vida é um atractivo e é uma demonstração de que o Concelho está a desenvolver-se e a progredir no caminho correcto, estas temáticas deveriam ser tidas em consideração e ter uma atitude pró-activa do Município. Com base neste documento que iremos aprovar penso que seria de dar realce à necessidade da formação especializada e da divulgação por todo o Concelho acerca destas temáticas, sem esquecer as ofertas profissionais para as mulheres que acho que nestas questões ainda são o sexo mais susceptível de pressões. No fundo tratava-se de criar de alguma forma, não sei se através de incentivos às empresas através da derrama ou outro, de modo a existir maior possibilidade das nossas empresas empregarem as mulheres”. -----

-----Não havendo mais intervenções passou-se à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra - 0 -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 35.-----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO QUATRO – APROVAÇÃO DA CARTA EUROPEIA PARA A IGUAL-**

----- **DADE DAS MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL;**

----- A Membro Edite Girão pediu a palavra e disse: “Muito obrigada Senhor Presidente. Bom dia a todos. -----

----- Não podia deixar de falar neste tema, como mulher e única representante das mulheres no Grupo da CMNRC. Como mulher activa e empenhada nas necessidades do nosso Concelho subscrevo inteiramente esta Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, se bem que a reflexão sobre este tema, não sendo de hoje nem de ontem, é uma urgência de sempre. Se, para o efeito, fizemos uma análise atenta da história, ela revela-nos que estas questões foram sendo abordadas ao longo dos séculos sendo, sem dúvida, muito complexas. Estamos no início do século XXI e as desigualdades ainda continuam a ser notórias, apesar de se terem verificado evoluções significativas na promoção da igualdade. Assim, o meu apelo, como mulher, vai no sentido de, ao aprovarmos a Carta que esta seja implementada. Reconheço que essa implementação não implica só um trabalho do Poder Local, mas que de toda a sociedade e sendo esta constituída por homens e mulheres uma verdadeira igualdade constituirá sem dúvida a chave do nosso sucesso político, económico, social e cultural”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Apenas para reforçar a importância desta questão e que se encontra também reflectida nesta AM. Todos defendemos uma maior oportunidade e maior igualdade na participação entre homens e mulheres na vida local ou noutra qualquer área da vida da nossa sociedade, mas, depois, de facto, verificamos que para além das palavras, não fazemos o suficiente por isso. E, como ainda agora acabou de ser dito pela Membro Edite Girão que interveio enquanto única mulher do seu Grupo, no PS também vemos 2 mulheres no Grupo, e no meu seria difícil, quase impossível, excepto por substituição. Não vou estar aqui com pruridos, somos melhores ou piores, mas de facto era preciso que todos nos consciencializássemos de que isto deveria ser uma coisa natural, devia ser um desejo de todos quando participamos, quando elaboramos listas, quando propomos pessoas para os diferentes Órgãos, devíamos ter esta preocupação de fazer com que as mulheres assumissem o papel que realmente têm na sociedade, que é de facto um papel, hoje cada vez mais, primeiro”.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Só uma nota para recordar esta digníssima AM que a anterior teve, na altura, um trabalho pioneiro em termos nacionais quando, efectivamente, colaborou com uma comissão, da qual o Secretário Manuel Portelinha fez parte, num projecto concelhio sobre a promoção da Igualdade de Género. Trabalhou-se em vários tipos de reuniões com as técnicas e tivemos uma prestação que foi muito positiva e que muito dignificou a AM. Obviamente, que o nosso Grupo irá aprovar esta Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”.-----

-----A Membro Milena Faria pediu a palavra e disse: “Obrigada. Senhor PMAM e respectiva MAM, apresento os meus estimados cumprimentos. Senhor PCM, Senhor VPCM, Senhores Vereadores, Senhores Membros da AM: aproveito para retribuir os cumprimentos que me foram endereçados e dizer que estou muito honrada por participar nesta digna AM. -----

-----Como disse a colega Edite Girão não poderia também deixar de intervir nesta questão relacionada com as mulheres e com os homens também e a questão da igualdade e da desigualdade. Muito do que queria dizer já foi dito. No entanto, reafirmo que existe, de facto, em pleno século XXI uma diferença de desigualdade visível e gritante ao nível dos direitos e ao nível da igualdade relativamente às mulheres e aos homens e em 3 esferas bem, distintas - na vida profissional, na vida política e na vida privada. Começamos pela profissional: realmente continuam a existir discriminações ao nível da remuneração, sabe-se que as mulheres pelo mesmo trabalho desenvolvido pelos homens recebem, em média, menos 30%; a maternidade continua a ser, ainda, um elemento de discriminação porque as empresas não pretendem ter a seu encargo uma mulher que queira passar pela experiência da maternidade, mas convém não esquecer que, tendo em conta o envelhecimento da população, hoje em dia, uma mulher grávida é um verdadeiro tesouro, e, portanto tem que ser protegido. -----

-----Também no acesso ao emprego existe ainda muita discriminação e muita desigualdade, nomeadamente nas entrevistas de acesso não começam por perguntar quais são as habilitações ou experiência profissional, mas se “é casada”, se “tem filhos”, ou se “pensa casar num futuro próximo”, isto porque todas as situações daí resultantes implicam custos acrescidos para as empresas. -----

-----É também de relevar que a elevada taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é sempre feita à custa duma acumulação de tarefas. Não poderemos esquecer que as mulheres, além de profissionais, são mães, donas de casa, esposas e têm que conciliar toda esta sua actividade e daí que as mulheres portuguesas sejam as



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

que trabalham mais na Europa e assumem, quase sozinhas, a conciliação das suas vidas privadas e profissionais. -----

----- Relativamente à vida política existe ainda alguma desigualdade, mas aqui elas precisam dum forte incentivo à participação e ele tem que ser feito tendo em conta as 3 esferas das suas vidas. Há que criar condições nesse sentido que permitam às mulheres, face ao elevado número de horas de trabalho em casa ou no emprego, participar, porque a participação na vida política é um direito e um dever. Penso que a nossa sociedade civil está a perder contributos muito importantes de mulheres que não têm tempo, mas que se lhes fossem criadas condições poderiam participar validamente na vida política. -----

----- Sei que foi criada uma Comissão para a Igualdade do Género, eu não estava cá, mas sei que o resultado foi considerado muito válido, exaustivo e foram apresentadas propostas muito válidas que tive a oportunidade de ler e, realmente, concluiu-se com esse estudo que continuam a subsistir diversas discriminações e continua a existir ainda muitas desigualdades de Género. -----

----- Relativamente à vida privada e muito rapidamente, gostava de ler a conclusão de um questionário preenchido por crianças de 4 e 5 anos sobre “O que é ser mulher e o que é ser homem” que foi apresentado pela Deputada do PS, Sónia Fortezinhos Numa reunião plenária de 2004. As crianças, confrontadas com esse questionário, responderam o seguinte: -----

----- “O que é ser mulher? -----

----- É ser trabalhadora, é lavar o carro, é limpar a casa, é estender a roupa, é lavar a loiça, é passar a ferro, é cozinhar, é tomar conta dos filhos; -----

----- O que é ser homem? -----

----- É jogar playstation, é passear, é ir ao café, é ver televisão, é estar sentado a ver televisão, é ver futebol, é levar os filhos ao barbeiro, é comer e beber e é berrar com a mãe.” -----

----- Relativamente a esta última opinião de “berrar com a mãe”, exerço uma profissão privilegiada nessa área e, por isso, gostaria de referir e focar uma das questões que acho que é essencial, principalmente, no nosso Concelho e que tem de ser levada a sério, que é a questão da violência doméstica. Há muitas mulheres e homens, mas maioritariamente mulheres que sofrem maus-tratos e são vítimas de violência doméstica mas sofrem sempre em silêncio, só recorrendo aos meios judiciais em última instância. Digo isto por experiência própria, porque estas mulheres deixam de ser mulheres, porque têm filhos e sabem que ao tomar uma atitude poderão prejudicar o seu desenvolvimento normal e sabem que a partir do momento em que o agressor ou agressora conhece a acusação,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

irão fazer piorar as coisas lá em casa e, assim, preferem sofrer em silêncio, não contando a ninguém. É preciso ajudá-las a pôr cá para fora o que se passa dentro de casa e, é de extrema importância tomar as providências todas e mais algumas que se puder dentro desta matéria. -----

-----O surgimento desta Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local representa um passo em frente, mas necessita de ser realmente posto em prática, porque a não participação das mulheres nas diversas áreas da vida profissional, privada e também política, significa, não só uma perda para elas, mas também para a democracia em geral e, portanto tudo o que venha para promover esta participação penso que terá que pernas e andar”. -----

-----Não havendo mais intervenções passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra - 0 -----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Carta Europeia foi aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO CINCO – SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DO 4º FÓRUM MUN---**

----- **DIAL DA ÁGUA;**-----

-----O Membro Filipe Carraco pediu a palavra e disse: “Antes de mais queria já deixar a posição que vai ser assumida pelo nosso Grupo: votar favoravelmente esta subscrição da Declaração do 4º Fórum Mundial da Água. Este é um tema que, cada vez mais e nas próximas décadas, vai estar na actualidade: a questão duma gestão equilibrada dos recursos hídricos integrada na política de sustentabilidade é o que se pretende. Isto, no fundo, é uma problemática global que ultrapassa, em muito, as fronteiras dos Municípios e dos Países e toda a gente vai ter que se preocupar com isto e de se aplicar no seu cumprimento. Esta declaração, sobre o tema de acções locais para um desafio global, aponta exactamente o caminho que tem de ser seguido. Cada vez mais a exigência do nível de vida, das sociedades desenvolvidas, de problemas de salubridade, de saúde pública, da manutenção dos ecossistemas e do ambiente, são temas em que teremos que aplicar fundos, recursos e esforços para, de uma forma concreta e objectiva, melhorar a qualidade dos nossos recursos hídricos e ter uma gestão equilibrada. No século XX, em apenas 100 anos, deram-se inúmeros passos atrás que, talvez num futuro próximo, não iremos conseguir recuperar. No entanto, queremos reforçar esta ideia de que, apesar de ser um problema à escala global, terá que ser ao nível mais básico da decisão no Poder Local que termos de dar passos firmes, com medidas concretas e eficazes, desde o

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

tratamento dos afluentes, à qualidade da água para consumo e a uma gestão equilibrada e racional da água para rega, no sentido da sustentabilidade do planeta em que vivemos”.

-----

----- O Membro Rui Rodrigues pediu a palavra e disse: “O Grupo do PS, ao analisar a declaração dos Presidentes de Câmara e Eleitos Locais sobre a água, por ocasião da realização do 4º Fórum Mundial da Água realizado no México, subscreve a mesma pelo facto de, no momento actual, em todo mundo verificarmos e sentirmos enormes períodos de falta de água, registando-se mesmo situações muito graves em alguns pontos do planeta e que causam a morte de muitos seres humanos. Também é do conhecimento de todos que nem sempre a água é utilizada da forma mais correcta, até por nós próprios, pelo que é de todo conveniente que se venham a tomar medidas e alguns cuidados para ultrapassar este grave problema. Assim, o Grupo do PS alerta todos os nossos governantes, incluindo Presidentes de Autarquias Locais, Presidentes de Junta e os demais elementos com responsabilidades autárquicas, para que se preocupem com esta situação de modo a serem tomadas medidas que levem a que se faça uma gestão correcta da água”.-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Duas palavras para realçar a importância deste assunto. Num Concelho ou numa região como a nossa onde, felizmente, não há grande problema, pelo menos aparente, com a quantidade da água, embora a qualidade, por vezes, já não seja aquela a que nos habituámos, a verdade é que este é um assunto de maior importância na actualidade. Na minha vida particular conheço alguns sítios do globo onde este é um tema vital que provoca guerras, cria divisões, enriquece e empobrece imensa gente. É importante que, no nosso Concelho, na nossa Região, não se sinta com grande acuidade este problema e talvez, por isso, seria importante que houvesse particular cuidado na divulgação destes problemas a nível global e do que nos pode esperar num futuro próximo. Penso que talvez não fosse de menor importância que se pudessem preparar algumas iniciativas, eventualmente, junto das escolas ou em coordenação com elas para que se alerte, de facto, para este problema. Ultimamente temos assistido a um ou outro programa da televisão sobre os níveis de gastos e de poupança possíveis mas tal não é suficiente pois temos de inverter algumas práticas e isso conseguir-se-ia fomentando hábitos junto da população escolar”. -

----- Não havendo mais intervenções passou-se à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0;-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Declaração foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PONTO SEIS - APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A REVISÃO**

----- **Nº 1 AO ORÇAMENTO;** -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Isto é uma circunstância extremamente normal e que se refere à aplicação do saldo de gerência que foi aprovado e que propomos que seja aplicado naquelas rubricas orçamentais”. -----

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Em relação a esta aplicação, é evidente que o PS compreende e entende que só agora tenha sido possível quantificar o saldo orçamental de 2005. Porque conheço o PCM quer como político, quer como gestor, custou-me de facto ver que a aplicação deste saldo será “outros serviços”. Sinceramente, penso que durante os 3 meses que faltam do ano de certeza que o PCM sabe onde é que pode aplicar estes 215 mil euros e não propriamente colocá-los aqui nesta rubrica, porque penso que foi mero facilitismo – se temos que fazer, então vamos fazer isto. Não houve a preocupação de informar e de colocar na rubrica onde aquela verba vai, realmente, ser aplicada. No entanto, em nome do PS, não pretendo dizer que esta revisão não deva ser aprovada, ela terá o nosso voto favorável mas, de facto, pensamos que esta questão mereceria uma melhor cabimentação. Era o que pretendia dizer nesta altura”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Apenas para referir que o Grupo da CMNRC vai votar favoravelmente este ponto. Está de acordo com a Lei e isso é o que é o mais importante e, neste aspecto, a CM tem-se pautado neste e noutros assuntos pela maior transparência”. -----

----- O PCM pediu a palavra para responder às questões colocadas, dizendo: “O Membro Fernando Ramos interpretou mal o que está escrito já que a rubrica está referida e é aquisição de bens e serviços, onde os “outros serviços” são uma sub-rubrica. O problema é que 98% do orçamento está cabimentado por compromissos e por custos estruturantes desde o início do ano. Neste momento, existem apenas a satisfação de algumas prerrogativas emergentes para o qual esta rubrica pode ser utilizada para as alterações que julgarmos oportunas pelo que não tem lógica que estejamos a afectar essa verba, por exemplo para o pessoal e depois ele não é lá preciso. Pode perguntar-se porque é que as alterações orçamentais deixaram de ser apresentadas ao Executivo para serem rectificadas? Porque são apenas valores de transferência dentro das rubricas orçamentais mais importantes. Neste momento, era manifestamente ingrato e deselegante estar a dizer que vou aplicar isto nos salários quando não o vou fazer. Posso

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28*

estar a fazer a defesa de uma dama chamada serviços, mas penso tal é tão irrisório como perguntar ao farmacêutico se mantendo a tipologia do que lá tem, podendo o produto estar pintado de azul ou de amarelo, se faz o mesmo efeito pois este é resultado da componente química que possui. O comprimido é sempre este, são “serviços”.-----

----- Não havendo mais intervenções passou-se de imediato à votação, que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 1;-----

----- Votos a favor – 34;-----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria.-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Apenas para dizer que a minha abstenção vem na sequência na votação do próprio orçamento mantendo, assim, a mesma coerência”. -----

----- **PONTO SETE – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O LANÇA-  
MENTO DA DERRAMA PARA O ANO DE 2007;**-----

----- O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra, dizendo: “Em conformidade com a posição assumida pelos Vereadores do PS, no Executivo, também o Grupo da AM irá votar favoravelmente a proposta apresentada com a fixação da derrama, para o ano de 2007, em 8% da colecta de IRC. No entanto, aproveitamos a oportunidade para lançar, desde já, um desafio ao Executivo para que em 2207 não traga a esta AM qualquer proposta para 2008 e porquê? Porque o desenvolvimento económico do Concelho passa, obviamente, não só pela criação de infra-estruturas, como é o caso que está a acontecer com os parques ou pólos industriais de Montemor e de Arazede, mas também por incentivos à fixação e instalação de empresas no Concelho. Nesta perspectiva, pensamos que a abolição da derrama pode, entre outras estratégias, representar um incentivo para atrair empresas para o Concelho. Por outro lado, as receitas que, actualmente, dela resultam perdem significado quando comparados com as mais valias que podem resultar da instalação de empresas no Concelho. Se analisarmos os dados da derrama verificamos que a colecta de 2005 representou cerca de 100 mil euros e que os montantes têm vindo progressivamente a baixar desde 2002, em cerca de 2/3. Se o IRC diminuiu tem a ver, naturalmente, com a capacidade como as empresas estão a trabalhar e os lucros que têm ou, eventualmente, com algumas que fecham. Atrair empresas para o Concelho, criar postos de trabalho é criar mais riqueza, é fixar mais população, é garantir mais estabilidade económica, mais estabilidade social, mais segurança, no fundo,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

melhores condições de vida para a nossa população o que é muito importante. Mas falamos da abolição da derrama e não da isenção das empresas que se venham a instalar no Concelho e porquê? Obviamente que a CM pode pensar em fazer isenção apenas para aqueles que se venham a instalar, no entanto seria muito mais justo e equilibrado que fossem todas tratadas da mesma forma em pé de igualdade e, claramente que fosse abolida a derrama”. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Estamos a discutir a derrama para o ano de 2007 e o Grupo da CMNRC vai votar favoravelmente, à semelhança do que aconteceu no Executivo Camarário. Entendemos que o produto da derrama aplicado no PLIA de Arazede é fundamental, é decisivo, diria mesmo que é nuclear para a fixação de empresas com alguma possibilidade de gerar realmente riqueza nesta região de Montemor-o-Velho. Estamos efectivamente com a derrama apesar de compreendermos que é sempre mais um imposto mas temos de ser realistas e entendermos que os 8% terão a aplicação que é indicada pela CM para o PLIA”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Relativamente a este assunto gostava de dizer que 100 mil euros têm a importância que têm mas não creio que sejam decisivos. A derrama é um imposto extremamente injusto, embora tenha ganho dimensão nacional já que sendo um imposto municipal, prerrogativa que os Municípios têm de poder exercer esta sua faculdade de aprovar um imposto sobre um outro imposto IRC, normalmente a sua filosofia seria a de ser aplicado em casos de necessidade, de situações extremas mas tornou-se um imposto sobre outro imposto que se repete todos os anos. Como só pode ser aprovado para uma acto concreto, não o pode ser numa forma genérica, este ano é para o PLIA, o ano passado foi destinado ao Parque Industrial de Montemor-o-Velho. Para mim dever-se-ia começar a pensar em fazer alguma coisa concreta, em sede de derrama, pois é um imposto injusto, que não traz mais valia significativa para o Concelho e que, do ponto de vista simbólico, seria altura de podermos fazer constar de que o Concelho de Montemor está disponível para abdicar deste imposto para atrair instalação de novas empresas. -----

-----Percebendo, no entanto, a particularidade deste assunto irei abster-me relativamente à proposta da derrama para o ano de 2007”. -----

-----O PCM pediu a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: “Os Vereadores aqui presentes sabem perfeitamente que esta proposta foi apresentada ao Executivo, abri a reunião dizendo que esperava que fosse o último ano que o fazia, mas houve alguns pontos que temos de clarificar de modo a precisar melhor a situação. Antes de mais isto é aplicado ou a todos ou não é aplicado;-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

----- Outra questão foi focada pelo Membro Jorge Camarneiro. Temos preparada, para um conjunto de empresas que vêm para o Concelho, essa prerrogativa já na negociação que estamos a fazer e, no fundo, a vinda deles vem responder a uma circunstância que para quem está a gerir tem que haver retorno da cedência. A isenção que vamos atribuir vai ter um retorno de médio ou longo prazo em termos de receitas mais avultadas, por via da distribuição do rendimento, da tributação, e do dispêndio desse mesmo rendimento e dos serviços, não só na parte fiscal. Portanto, dentro desse contexto, as negociações que fizemos com a AGNI e com mais 3 empresas das quais, neste momento, não posso nem devo dizer o nome, apontam precisamente para a isenção de derrama. Por outro lado sabemos que no ano de 2007 e, não estamos a falar só das empresas importadas, mas também daquelas que vão-se fixar no Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, 2 ou 3 que são transferência interna do Concelho com mobilidade e com aumento de criação de postos de trabalho e melhoria de tecnologia onde tudo isso está previsto. A questão que aqui se coloca, do ponto de vista de pragmatismo temporal, é que 2007 ainda não é o ano preocupante nessa matéria porque a entrada em elaboração, funcionamento repercutir-se-á em 2008 ou 2009. ---

----- Quanto às questões dos valores sejamos claros: que só paga quem, de facto, declara efectivamente rendimentos. Essa é que é a questão, e quando olhamos para o que a derrama cai é porque as empresas são muito frágeis no Concelho e penso que aí não poderemos estar a penalizar quem no fundo já contribui. Não tenhamos dúvidas de que subscrevo a preocupação de todos vós, porque tive a oportunidade de a manifestar. Não são, de facto, 100 mil euros que poderão ser obtidos de uma forma alternativa e mais adequada, que resolvem os problemas do concelho. Em relação a esta questão da derrama, não há dúvida de que deverá ser um imposto transitório do ponto de vista temporal e não direi que seja já para o ano; poderá ser num ano ou 2 no máximo. No entanto, se tivermos que subscrever, dentro das condições de fixação dalgumas dessas empresas, esta cláusula, é evidente que ela não se aplica em exclusividade aquela empresa específica, tendo que ser feita na generalidade, porque não há isenção para uns e para outros não sendo o próprio mercado que vai funcionar dessa maneira com um imposição para que esta tomada de posição se concretize. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 1;-----

----- Votos a favor – 34.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28**

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

-----**PONTO OITO** – APRECIACÃO E APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXE  
----- CUTIVO, O IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O  
----- ANO DE 2007; -----

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Ao PCM quero lembrar-lhe o que há um ano lhe disse, pois sei que não mudou de opinião de então para cá e que apresentou a mesma proposta, tendo, então, proposto que se estivesse de acordo a AM criaria uma Comissão que analisasse, exactamente, as implicações da avaliação de imóveis e a forma como elas estavam a ser feitas e as implicações deste imposto sobre os Municípios e, isto porquê? Porque me preocupava e continua a preocupar, sem me querer fixar tanto nas taxas, as situações de desigualdade que, de facto ao aprovarmos esta ou outras taxas sem nos percebermos dos porquês, resultam de Município para Município. Todos conhecemos cidadãos vizinhos deste Concelho que com os mesmos serviços prestados pela Câmara, determinado edifício tem uma tributação diferente porque foi reavaliado ou feito de novo. Se não tenho dúvidas relativamente a que os edifícios antigos sejam avaliados pela taxa máxima de 0,8%, porque não é aí que encontro as situações de desigualdades, sinceramente tenho algumas dúvidas face à outra taxa, por tudo o que já disse. -----

----- Dúvidas acrescentadas porquanto o Município de Montemor-o-Velho foi nesta perspectiva aquele que, ao abrigo do novo Código de Avaliação Municipal do IMI, mantém a taxa máxima no distrito de Coimbra pois, de uma forma geral, todos os outros têm menos um décimo percentual e daí que tenho estado a verificar todos esses dados e essas questões. Houve alteração do ano passado para este e, por isso me parece que, independentemente, desta questão o que se define, permite melhorar a desigualdade por uma questão de fixação das populações no Concelho. Digo isto sinceramente porque gostaria de votar favoravelmente esta proposta de IMI mas não me sinto de facto com condições, porque aquilo que vou recolhendo dos cidadãos leva-me a propor, de novo, que deveríamos repensar esta questão. Estou disponível e penso que posso dizer em nome do Grupo do PS, contrariando talvez a votação dos meus colegas Vereadores, para votar favoravelmente esta proposta, se o PCM a reconsiderar neste ponto. Há um ano o Senhor entendeu que a AM estaria a retirar poderes ao executivo, no sentido de que é à CM que compete fazer as propostas. No entanto, volto a apelar no sentido da criação da Comissão e, sinceramente eu votaria favoravelmente; digamos que votaria algo que sei que é, provavelmente, uma das questões mais polémicas do Concelho, já que afecta os Municípios, mas fá-lo-ia se se revisse, em baixa, esta situação. A não ser assim,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

naturalmente, terei que seguir a votação que os meus colegas Vereadores fizeram no executivo porque me custa manter este sistema de desigualdade de tratamento entre vizinhos. Penso que todos nós conhecemos situações dessas e quando somos confrontados com elas, no dia-a-dia, ficamos engasgados com a resposta e eu, como Membro deste Órgão, sou solidariamente responsável por todas as questões, excepto naquelas em que faço declaração de voto e, evidentemente, que gostaria de dizer que “enganei-me, dei o corpo ao manifesto e defendi uma proposta que é no sentido ingrata para os nossos Municípios”. Era isto que queria dizer Senhor Presidente”.-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Bem sei que este é um tema ingrato para abordar até porque, “muito inteligentemente”, o Governo Central transferiu para as Autarquias o ónus da definição, embora balizada, da taxa deste imposto, mas não foi capaz de acautelar a criação de condições para que existisse igualdade entre os vários contribuintes. Estamos a falar de diferenças que são bastante elevadas, intervalos entre 0,2 e 0,5%, quase do dobro para os prédios urbanos avaliados e entre 0,4 e 0,8%, para os restantes prédios urbanos. Todos sabemos e temos experiências de pessoas que por possibilidades adicionais não manifestaram o valor real das suas habitações; outros porque avaliaram, porque foram obrigados a recorrer a empréstimos, estão beneficiados em relação a outros. Há, assim, um conjunto muito grande de desigualdades e de penalizações que a CM e francamente também tenho alguma dúvida em saber como me posicionaria se fosse Poder neste caso concreto, ao efectuar qualquer corte, qualquer acção que vise a uma maior justiça, afecta a receita do Município que, por sua vez, já está condicionado a outra legislação que impossibilita o endividamento. Mas será que não cabe às Autarquias tentar fazer alguma desta justiça? Que poder tem a Autarquia, a CM para promover a actualização das avaliações? Eventualmente, seria uma forma de pôr mais contribuintes a pagar mais relativamente àquilo que pagam hoje, porque pagar 0,8% em relação a um prédio que está inscrito por 1 000 contos que vale 20 000 contos é bastante menos do que pagar 0,3 ou 0,4% sobre os 20 000 e, portanto o que é que pode fazer a Autarquia no sentido de promover a avaliação ou actualização destas situações? Talvez valha a pena pensar nisto, porque estamos perante situações da maior injustiça, sobretudo quando pensamos que estamos num Concelho onde muita construção foi feita numa forma não totalmente legalizada, muita dela até ilegal e onde, muita gente, continua a pagar por uma habitação de baixo valor ou até de anexos que era o que tinha e hoje tem lá uma habitação bastante melhor. A vontade que tenho em relação a esta situação é a de votar contra. Não posso estar a defender a isenção da derrama ou estar a defender a redução dos impostos para as empresas e ao mesmo tempo estar a defender estes

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

valores, que são absurdos para uma boa parte dos nossos Municípios que são as pessoas individuais. No entanto, tendo em consideração as dificuldades financeiras que as Autarquias hoje atravessam, que este é um presente envenenado dado às Autarquias para que assumam o ónus do odioso e que, de facto, os meios de actualização deveriam ser da responsabilidade do Estado Central, vou abster-me. Deixo, no entanto, à consideração do Município que, no espaço mais curto possível, pudesse analisar e ver a possibilidade de colmatar esta diferença que me parece que é inaceitável”. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Costuma dizer-se que pagar e morrer quanto mais tarde melhor. Não é agradável discutir estas coisas de impostos, mas penso que há desigualdades e há aspectos que não são correctos entre o que é pago pelos municípios e os prédios urbanos que possuem. Todavia, muitas vezes tal é motivado por questões que não estão dentro da nossa esfera de actuação, como os índices próprios de avaliação que foram criados pelo Estado: este é que avalia, que cria os seus critérios e que tem um perito avaliador no Concelho. O PCM teve o cuidado e dado que somos um Concelho com muitos imóveis degradados a que Câmara está atenta fazendo as suas vistorias, de referir que acautelou que nessa área iríamos estar salvaguardados que não iria haver efectivamente mexidas e aumentos. Penso que, até por um a questão de bom senso, temos de aprovar esta taxa já que, pelo facto de votar contra ou de nos abstermos, não contribuimos em nada para resolver esta situação. O mal destas injustiças está a montante na forma como tiveram a engenharia de fabricar este tipo de sistema de avaliação e do sistema desses índices que não são correctos e o Estado não é expedito a avaliar. Estamos perante uma questão em que temos que ser práticos, responsáveis e pragmáticos. Votando favoravelmente não estamos a defender menos os Municípios deste Concelho do que os se abstiverem; estamos a trabalhar com seriedade, porque o problema está a montante, como referi, e tem muito mais influência a percentagem que está no índice de avaliação e que se repercute no imposto final, do que propriamente estes números que nós aqui vamos aprovar”.-----

-----O PCM pediu a palavra para esclarecer as questões colocadas, dizendo: “Penso que as 3 intervenções se complementam mas não altero a minha posição; podem continuar com a abstenção mas já mudei em 2004, não se aperceberam disso infelizmente. O Membro Jorge Camarneiro apresentou o equilíbrio entre as 2 partes que são realmente delicadas: não se pode, nem deve, neste momento colocar em perigo algum equilíbrio no auto-financiamento municipal, ainda por cima da forma mais ingrata e mais cobarde criada pela Administração Central, mas, ao mesmo tempo, ter uma perspectiva de solução social de equilíbrio e de justiça e essa não se realiza ao diminuir

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

05%, em 2004 diminuiu 8% e já lhe vou mostrar o porquê. O que está em causa são circunstâncias que se prendem com a legislação que está em vigor, pela fixação que o Estado fez pelo valor de referência de 600 euros por metro quadrado, pelos valores da actualização e pelos períodos transitórios que estão a decorrer. Têm os resultados da transferência do IMI que ronda os 600 000 euros por ano; há ainda alguns aspectos da Contribuição Autárquica que são restos que não tem a ver e pergunto: nós temos 26 000 habitantes, Cantanhede tem 36 000, há uma diferença de 10 000 habitantes, ou seja cerca de 30%, mas colecta desse Município é 3 vezes maior que a nossa e porquê? Porque os índices de aplicação estão em zonamentos que nós contrariámos. Em 2004, mais concretamente a 28 de Junho de 2004, a CNAF deliberou aprovar de acordo com a proposta feita na CM naquela altura o zonamento para o Município de Montemor-o-Velho devendo, contudo, o perito local proceder as seguintes alterações: “em Arazedo, a área de localização passou de 1 para 0,9, estamos a falar de 6 200 habitantes; em Tentúgal passou de 1 para 0,9 estamos a falar de 2500 habitantes; em Santo Varão de 1,1 para 1, estamos a falar de 2000 habitantes; na Carapinheira de 1,1 para 1, estamos a falar de 3000 habitantes; em Pereira de 1,1 para 1, estamos a falar de 2500 a 2600 habitantes e em Montemor-o-Velho de 1,2 para 1,1, estamos a falar de 3000 habitantes, ou seja, estamos a falar de cerca de 20000 mil habitantes, ou seja 80% do território que, através da nossa pressão, baixou do índice dos 600 para o dos 540 e este é que conta. Eu não vou dizer que vou baixar de 0,8 para 0,7, ou 0,4, porque estou a abalar toda a receita do Município. Até 2008, enquanto houver a fase transitória, estamos à vontade para proceder à criação da Comissão que a AM pretenda ou a que propus no executivo. A AM pode fazer as comissões que quiser, tem livre arbítrio para o fazer, de fazer propostas que é essa a sua finalidade e muito bem e eu disponibilizarei todos os elementos da parte da CM para podermos chegar a um consenso. Agora, da parte do Município o que verificamos e que já disse aos Vereadores, mas que não coloquei em prática em 2007, de propósito para não agravar ainda mais a situação, é que este Concelho tem uma situação de casas degradadas não habitadas que devia ser intervencionado e que é uma das maiores fontes de receita doutros Municípios aqui à volta. Para isso, temos que ter um cadastro adequado, que fazer uma medida transitória, pedagógica de dizer que, no próximo ano, poderá vir a ser aplicada essa medida. Desafiar, sobretudo nos Centro Históricos, os proprietários para recuperarem, senão vamos actuar e sem pruridos nenhuns. Estamos a falar duma minoria: se não querem que vendam, mas que não especulem. Estas são medidas que já encaminhei para o Senhor Director de Departamento para que, se necessário, se adquira, a uma entidade externa, uma

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

prestação de serviços para fazer um levantamento exaustivo, havendo, ainda, uma deliberação de Câmara dizendo “este ano há isenção, mas para o ano há uma inflação de 10% para os proprietários dos edifícios degradados”. A questão da redução da taxa é outra guerra entre a ANMP e neste caso concreto as Finanças. Alguns dos Senhores sabe dizer ou algum Presidente de Câmara tem consciência a quanto é que tinha direito? Sabe se aquele valor é o adequado? Não tem hipótese nenhuma e em súmula, neste momento, não tenho argumentos para penalizar a receita municipal para poder convencer-me a mim próprio. Não deixo, contudo, de atender às observações de, nesta postura, estar a ser injusto para com alguns em detrimento da vizinhança. Penso que o Concelho face a esse diagnóstico mais ou menos melodramático de determinadas pessoas que até dizem que me vendi, não se repercute do ponto de vista daquilo que é a amostra face ao universo e, não esqueçamos que o Concelho está a passar por uma fase nova de construção que na maioria dos casos estão a ser isentos pelo que não estamos a beneficiar nada com isso. O problema que aqui se põe é que há gente que não são os adquirentes novos, são os antigos que estão a sobrecarregar ou a ser sobrecarregados. Foi aí que pretendemos retirar determinados tipos de contexto, mas não é fácil termos a leitura objectiva e elementar de cada uma destas circunstâncias. Não deixo de dizer que, face às circunstâncias que estamos a viver e tendo em atenção que cada vez mais estão a ser tiradas receitas transferidas por outros, se perdemos as nossas o que é que vai acontecer? Estas matérias são muito ingratas para quem as decide, logicamente que são; mas também têm a ingratidão do lado oposto de, muitas vezes, podermos estar a beneficiar outros interesses que não os mais adequados. Em súmula, alterar logicamente que não. Tenho argumentos e posso facilitar esses dados, onde se demonstra que já atenuámos a aplicação do coeficiente de localização que é uma das variáveis mais importantes na tributação do valor e, portanto, baixar neste momento era irrisório, era populismo. -----

----- Agora, vão ter repercussão porque as variáveis mais fortes do binómio matemático que dá este valor, já foi mexido em Arazede, Tentúgal, Santo Varão, Carapinheira, Pereira e Montemor-o-Velho e só ficou de fora as Meãs porque não quiseram considerar como zona também de pólo construtivo muito forte. Temos aqui 80% do território em termos de habitação e, depois quanto aos terrenos de 700 moradias foram reajustados também. Não deixo contudo de sentir que são pertinentes as observações que foram feitas, agora não considero oportuno estar a tomar uma medida de pura imagem mediática e futurista porque não tenho consubstanciação de que ao fazê-lo beneficiei. Era capaz de beneficiar duma redução muito elementar para um valor quase irrisório como em relação à derrama,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

mas que quando acabassem as medidas transitórias e quando acabassem as outras circunstâncias, então aí perdíamos grandemente. Sinto que há necessidade de fazer a alteração deste estado de coisas e não deixo de chamar a atenção para que os serviços devam estar virados para 2 aspectos: primeiro para o que está degradado no Concelho e em que há um autêntico ostracismo da parte do proprietário e isto não pode continuar; segundo é o verificarmos e esta é uma guerra que não é só de Montemor, qual a diferença que existe e nós estamos capacitados de que existe entre o que recebemos e o que havíamos de receber e depois reajustar alguns aspectos de justiça social, patrimonial e etária”. -----

----- Foi dada a palavra ao Eng.º José Cardoso, Director de Departamento do Ordenamento do Território, que disse: “Vou cometer aqui uma deselegância que é dar um exemplo concreto: o PCM que vive numa vivenda geminada; imaginamos que a moradia vale cento cinquenta mil euros, vou lá vejo e confirmo. Quando foi construída, terá sido avaliada por cerca de 30 000 o que significa que está a pagar de imposto, porque já deve ter feito 10 anos de isenção, 0,8% de 30 000, o que corresponde a 240 euros. Se esta AM baixasse esta taxa para 0,7%, isso significava que ia pagar menos 25 ou 30 euros. Agora vou comprar, para ter o privilégio de ser seu vizinho, comprar a outra parte que, só pelo facto de ser comprada, e aí o Membro Fernando Ramos tem toda a razão, vai ser avaliada por cento e vinte e cinco mil euros e o que é que irá acontecer de acordo com a decisão que está aí proposta para ser tomada: vai ser colectada em 600 euros. Baixar para 0,4 significava passar a pagar menos 60 euros e, aparentemente, estava-se a tornar mais iguais estas 2 situações. O problema que se coloca é que há uma cláusula de tecto máximo para o aumento, mas outro está subjacente: indo para lá, ia pedir isenção, o que significa, agora do ponto de vista da receita municipal, que não é por eu mexer na taxa de 0,5 ou 0,4% que vou ter a repercussão na receita, porque o grosso das receitas está feito ainda com as tais casas de 30 que são avaliadas por 10 e que vão pagar 0,8 quando talvez pudesse baixar para 0,7 no que ainda tornávamos maior o fosso entre as que estão as que estão no sistema antigo e as que estão no sistema novo. O que falhou no sistema foi terem dado 10 anos de intervalo entre as avaliações e a sua actualização em que, de facto, tanto quanto nós podemos saber no encontro que tivemos na ANMP o Estado está à espera que haja modificações que levem a novas avaliações para fazerem as avaliações novas, pelo que não vai haver uma intervenção ao longo desses 10 anos. Era necessária uma intervenção de avaliação global do País, como foi feito nos Países Nórdicos e em França que quando aplicaram novas regras avaliaram o País todo. Na Dinamarca demorou um ano, em França demorou 2 ou 3 anos, aqui está previsto que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28*

demore 10, mas nem sequer vai ser tanto, porque estão à espera que haja as tais compras, as tais vendas, as pessoas que morrem, as pessoas que ampliaram a casa e, então reavalia-se o imóvel. Neste aspecto para tranquilizar o Membro Jorge Camarneiro dizer que, também é da Lei, todas as licenças, todas as autorizações concedidas para construção recuperação, renovação, ampliação ou demolição têm de ser participadas às Finanças, portanto nesse aspecto penso que a máquina fiscal pode funcionar” -----

-----O PCM interrompeu, dizendo: “Neste ponto que o Senhor Director referiu há uma questão que, a exemplo de outros Concelhos, facilitámos e que foi o colocar alguém aqui na Câmara, a quem pagávamos, a actualizar o cadastro com eles e a ajudá-los. Não resultou; foi-se embora e eles não tiveram oportunidade de fazer o trabalho. Noutros Concelhos chegam a colocar os técnicos do Município a trabalhar junto da parte das Finanças para fazerem os levantamentos, mas não conseguem chegar a uma visão global dessa situação. É urgente que se faça e vai ter que ser feito, mas não sei como porque nós próprios durante um ano e pouco tivemos lá uma pessoa para ajudar a fazer isso e, agora, não sei se está actualizado, o que é que falta, não faço a mínima ideia. Repito que a sensibilidade para esta matéria tem que ser vista em consonância com as sugestões que foram dadas: a nível das correcções eventuais, face a medidas que sejam acompanhadas do ponto de vista pedagógico junto dos titulares proprietários dos imóveis, mas reafirmo, do ponto de vista filosófico, que não altero porque tenho bases para sustentar a não alteração. Compreendo as posições, estou disponível para encetar trabalhos mais profícuos nessa matéria, mas também por uma questão de coerência compreenda que eu agora não vou recuar. Não vejo argumentação capaz, mas não deixo de reconhecer que quem está de fora não saiba isto e possa ter uma visão mais acintosa do ponto de vista do valor, mas deste lado tenho esta”. -----

-----O Senhor Director de Departamento pediu ainda a palavra e disse: “Penso que estas questões são de muita importância. Isto é uma matéria da competência do Estado, sujeito a parecer da CM e tanto quanto percebi nesse encontro que foi a nível das 78 Autarquias da Região Centro sob a égide da ANMP, só houve 3 Autarquias que analisaram e propuseram alterações: Viseu, Cantanhede e Montemor-o-Velho. E, no nosso caso só nos deram razão em parte das alterações que propusemos. No futuro vai ser necessária uma colaboração muito forte das JF, porque não basta passar e ver o imóvel degradado, é preciso saber quem é o dono, para o notificar, para estar presente na vistoria, para abrir o interior, para os serviços preconizarem medidas mais adequadas que nem sempre são a demolição. O que, efectivamente, não pode continuar e essa mensagem tem que passar e nós todos como pessoas com responsabilidade temos que

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2006 Setembro 28***

ser veículo desta informação para os Munícipes é a continuidade desse estado dum património urbano degradado com repercussões a todos os níveis”. -----

----- Não havendo mais intervenções passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 14; -----

----- Votos a favor – 21. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

----- Foram todos os pontos presentes a esta Sessão, aprovados por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

----- Não havendo público, bem como mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a Sessão às 13 horas e 45 minutos. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos